

Carla Luana Moraes Afonso<sup>a</sup>

Andreia J. L. Rodrigues<sup>a</sup>

Flávio Monteiro Ayres<sup>b</sup>

Cristiane A. F. E. Santo<sup>a\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade Estadual de Goiás  
(UEG), UNUCET/Curso de Farmácia.

<sup>b</sup>Universidade Estadual de Goiás  
(UEG), Unidade ESEFEGO.

\*Autor para correspondência:  
UNUCET/Curso de Farmácia -  
Universidade Estadual de Goiás, BR-  
153 N°3105, Fazenda Barreiro do  
Meio - Anápolis/Go. E-mail:  
cristiane.alves@ueg.br Telefone:  
+55(62)92656979.



II CONGRESSO DE CIÊNCIAS  
FARMACÊUTICAS DO BRASIL  
CENTRAL

A Constituição Federal de 1988 determina que o Estado deve garantir o acesso da população à serviços de saúde e a distribuição de medicamentos que é parte fundamental do cuidado à saúde. À luz desta perspectiva atual da terapia medicamentosa, nasceu a assistência farmacêutica<sup>1</sup>, cujo objetivo é garantir o acesso a medicamentos de qualidade, na quantidade certa, de acordo com as peculiaridades epidemiológicas regionais e salientando o uso racional desses medicamentos, através da orientação profissional baseada numa estratégia de atenção farmacêutica eficiente<sup>2</sup>. Em virtude da importância do tema dentro da dinâmica assistencial do Estado, este trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade da assistência farmacêutica oferecida aos usuários do sistema Único de Saúde do Município de Anápolis/GO. Os indivíduos selecionados foram entrevistados em 15 unidades de saúde, totalizando 130 participantes. Destes, cerca de 87% conseguiram obter todos os seus medicamentos nas unidades de saúde, 48,5% receberam algum medicamento de todos os prescritos em sua receita, e apenas 13,2% não conseguiram adquirir nenhum. Destacou-se que 73% relataram não terem condições financeiras para adquiri-los. Dos entrevistados, 55% relataram não ter recebido nenhuma orientação sobre o tratamento farmacológico por parte do dispensador. Apesar do exposto, 75% dos questionados disseram não possuir nenhuma reclamação acerca do funcionamento da farmácia. Dos 25% que afirmaram ter alguma queixa, esta se relacionou à falta de medicamentos nas unidades de saúde (81,8%); à falta de orientação (9,1%) e à burocracia do sistema (6,1%). O presente estudo mostrou que aproximadamente metade da população estudada não tem garantido seu direito de acesso aos medicamentos e uma parcela considerável da amostra não possui condições financeiras para adquiri-los, o que implica em sobrecarga do sistema público de saúde decorrentes do agravamento da doença.

Palavras-Chave: Assistência Farmacêutica; Usuários; Anápolis/GO.

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. 300 p. (Série I. História da Saúde no Brasil).

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica. *Assistência Farmacêutica: instruções técnicas para a sua organização*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO  
Endereço: BR-153 - Quadra Área  
75.132-903 - Anápolis -  
revista.prp@ueg.br

Coordenação:  
GERÊNCIA DE PESQUISA  
Coordenação de Projetos e Publicações

Publicação: 30 de Junho de 2015.